



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 Centro - Fone (44) 3264-8600 - Sarandi/Pr
Site : www.sarandi.pr.gov.br - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230

Comunicado interno nº. 036/ 2025 – RECURSOS HUMANOS

Sarandi, 25 de Abril de 2025.

Ao Ilmo. Sr. Dr.

Newton Cesar Martins

Secretário Municipal de Administração

A Coordenadoria de Recursos Humanos vem, por meio deste, oferecer resposta ao Ofício nº 40/2025/CMS e Comunicado Interno nº 173/2025-ADM referente a viabilidade de concessão do adicional de periculosidade aos Conselheiros Tutelares e motoristas, que atuam nas atividades de atendimento a população, considerando os riscos inerentes às funções desempenhadas.

Atualmente inexistem estudos ou justificativas que amparem a concessão deste benefício.

Ao que pese o fato da justificativa apresentada pelo nobre Vereador quanto aos mesmos frequentemente lidarem com situação de risco em suas atividades, não existe amparo legal para tal.

Segundo o Decreto Lei Nº 5.452/1943 – Consolidação das Leis do Trabalho em seu artigo 95 estabelece que a caracterização e classificação da periculosidade é feita pelo Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho.

Art.195 - A caracterização e a classificação da insalubridade e da **periculosidade**, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de **Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho**, registrados no Ministério do Trabalho (grifo nosso)

A NR 16 elenca as atividades e operações perigosas e entre estas inexistem a faixa que abrange os motoristas e Conselheiros Tutelares. São elas:

- Atividades e operações perigosas com explosivos;
- Atividades e operações perigosas com inflamáveis;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 Centro - Fone (44) 3264-8600 - Sarandi/Pr
Site : www.sarandi.pr.gov.br - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230

- Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial;
- Atividades e operações perigosas com energia elétrica
- Atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substância

Ressalta-se aqui a resposta encaminhada pela Engenheira de Segurança do Trabalho, Fernanda de Oliveira Tavares em Consulta feita pela Secretaria de Assistência Social que abrangia o mesmo assunto – Adicionais cabíveis a Conselheiro Tutelar e Motoristas.

Kathe, conforme solicitado, segue as informações contidas no LTCAT vigente no município de Sarandi-PR.

Saliento ainda, que a **Norma Regulamentadora (NR-16)** atrelada ao **adicional de periculosidade**, é **extremamente taxativa quanto as atividades que se enquadram para pagamento/recebimento de adicional**, limitando-se a um rol muito pequeno de atividades (atividade com explosivos, gás inflamável e liquefeito, vigilância patrimonial com uso de arma), **eletricidade, radiação ionizante e substância radioativa**. (grifo n osso)

Dessa forma, me coloco a disposição para quaisquer dúvidas que venham a surgir.

Em anexo segue o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT) referente aos motoristas e Conselheiro Tutelar, o qual nega tanto a insalubridade quanto a periculosidade.

O Conselheiro Tutelar, não é servidor público, mas particular em colaboração com a Administração Pública, sendo considerado agente honorífico. Segundo jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Apelação Cível:
XXXXX-61.2020.8.13.0297**

EMENTA, 000

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – BENEFÍCIOS DEVIDOS AOS CONSELHEIROS TUTELARES – REGIME DE PLANTÃO – HORAS EXTRAS – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – ART. 134 – VERBAS INDEVIDAS

- 1. O conselheiro tutelar, agente público honorífico, exerce função de relevante interesse público. De caráter especial e**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 Centro - Fone (44) 3264-8600 - Sarandi/Pr
Site : www.sarandi.pr.gov.br - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230

- transitório, não havendo obrigatoriedade de entender a eles os direitos garantidos pelo Art. 39, § 3º da Constituição da República.
2. Inexistindo injustificada omissão do ente público, não pode o Poder Judiciário compelir ao Chefe do Poder Executivo a elaboração de decreto regulamentar, com a determinação de pagamento aos conselheiros tutelares de verbas não previstas no art. 134 do Estatuto da Criança e Adolescente.
 3. Recurso desprovido.

ACORDÃO

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO

Apesar do acima exposto nada impede que seja efetuado um estudo, junto com os Nobres Pares, viabilizando a criação de lei que contemple a viabilidade de concessão do adicional de periculosidade aos Conselheiros Tutelares e motoristas

Sendo o que tínhamos a expor, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Fernando Afonso Jung Arco-Verde

Coordenador de Recursos Humanos



COMUNICADO INTERNO N.º 173/2025 – ADM

Sarandi, 24 de abril de 2025.

Prezado(a) Senhor(a),

A Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste, encaminhar ofício de nº 40/2025/CMS, para que seja analisado e encaminhado resposta até a data de 25/04/2025 dos seguintes itens abaixo:

REQ 64/2025 - Requerimento Ementa: Ofício ao senhor Prefeito solicitando que informe a esta Casa Legislativa sobre a viabilidade de concessão do adicional de periculosidade aos Conselheiros Tutelares e motoristas que atuam nas atividades de atendimento à população, considerando os riscos inerentes às funções desempenhadas. É necessário que o Executivo Municipal informe sobre a existência de estudos ou justificativas que amparem a concessão desse benefício. Justifica-se a solicitação, pois os Conselheiros Tutelares e motoristas do Conselho Tutelar frequentemente lidam com situações de risco em suas atividades, como atendimentos a casos de violência, deslocamentos em áreas de risco e contato com situações adversas. A concessão do adicional de periculosidade, previsto na legislação vigente para atividades de risco, se mostra necessária para garantir a proteção desses profissionais e reconhecer as condições adversas que enfrentam em seu trabalho, alinhando-se às recomendações de outros municípios e à tramitação de projetos de lei federal sobre o tema.

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

NEWTON CESAR MARTINS
Secretário Municipal de Administração

A/C Departamento de Recursos Humanos

PROTOCOLO:	
NOME:	
DATA:	/ /

Resultados

REQ 64/2025 - Requerimento 

Ementa:

Ofício ao senhor Prefeito solicitando que informe a esta Casa Legislativa sobre a viabilidade de concessão do adicional de periculosidade aos Conselheiros Tutelares e motoristas que atuam nas atividades de atendimento à população, considerando os riscos inerentes às funções desempenhadas. É necessário que o Executivo Municipal informe sobre a existência de estudos ou justificativas que amparem a concessão desse benefício. Justifica-se a solicitação, pois os Conselheiros Tutelares e motoristas do Conselho Tutelar frequentemente lidam com situações de risco em suas atividades, como atendimentos a casos de violência, deslocamentos em áreas de risco e contato com situações adversas. A concessão do adicional de periculosidade, previsto na legislação vigente para atividades de risco, se mostra necessária para garantir a proteção desses profissionais e reconhecer as condições adversas que enfrentam em seu trabalho, alinhando-se às recomendações de outros municípios e à tramitação de projetos de lei federal sobre o tema.

Apresentação: 21 de Março de 2025

Protocolo: 303/2025, **Data Protocolo:** 21/03/2025 - **Horário:** 15:59:51

Autor: Thayná Menegazze Maciel "Thay Menegazze"

Localização Atual: Plenário - PLE

Status: Norma promulgada.

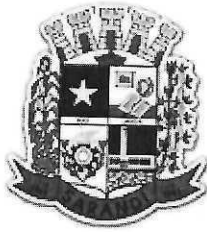
Data Fim Prazo (Tramitação): 21 de Março de 2025

Resultado: APROVADO.

Data Votação: 24 de Março de 2025

Data da última Tramitação: 21 de Março de 2025

Última Ação: Proposição inclusa na ordem do dia 24/03/2025 em discussão única.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

CNPJ: 78.200.482/0001-10 Fone: (44) 3264-8620

Rua: José Emiliano de Gusmão, 565 Centro CEP 87111-230

Gabinete do Prefeito

Ofício n.º 747/2025

Sarandi, 17 de abril de 2025.

Ilmo. Sr.

NEWTON CESAR MARTINS

Secretário Municipal de Administração

Referente: Ofício 40/2025/CM

O Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste, informar que foi solicitado prazo junto à Câmara Municipal de Sarandi, pedimos contudo que seja encaminhado a resposta referente ao ofício 40/2025/CMS, Requerimentos e Indicações, conforme documento anexo, para este gabinete até a data de 27/04/2025 para que possamos responder a Câmara municipal dentro do prazo.

Requerimento n.º 64/2025

Certo de vosso pronto atendimento, renovamos protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

FABIO DE OLIVEIRA BERNADO

CHEFE DE GABINETE

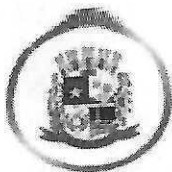


Documento assinado eletronicamente por **Fabio de Oliveira Bernado, Chefe de Gabinete**, em 23/04/2025, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **0022276** e o código
CRC **31934916**.

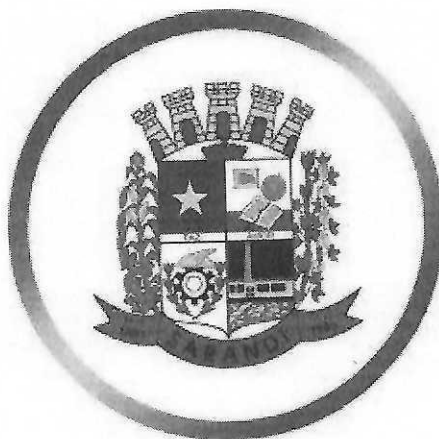
Processo 01.04.001448/2025-49



LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

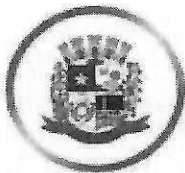


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SARANDI**

LONDRINA-PR, 03 DE MARÇO DE 2025
Rev.: E1



Maldonado & Maldonado Consultoria Ambiental
Endereço: Avenida Jules Verne, nº 693, Cidade: Londrina / PR
Telefone: (43) 3357-0655 E-mail: gilberto.maldonado@zmassessoria.com



LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Setor: ASSISTÊNCIA SOCIAL - Conselho Tutelar

Unidade operacional: Conselho Tutelar

FUNÇÕES		
Nome	Descrição	CBO
Auxiliar Administrativo	Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e na área de informática, documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos preparam relatórios e planilhas executam serviços gerais de escritórios. Conselheiro Tutelar visa garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. São servidores públicos, e se organizam em equipe ou individual, tendo supervisão permanente.	411010
Conselheiro Tutelar	Visa garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. procuram assegurar seus direitos, abordando, sensibilizando, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento. São servidores públicos, e se organizam em equipe ou individual, tendo supervisão permanente.	515320

GRUPO: Fluido

RECONHECIMENTO

Avaliação: Quantitativa

Cód: 02.01.001 Agente: Ruído contínuo ou intermitente Probabilidade: Improvável Severidade: Insignificante

Via de absorção: Auditivo Região afetada: Perda de audição

MEDIÇÕES

Técnica: Dosimetria de ruído Equipamento: Decibelímetro Digital

Insalubridade: Não Periculosidade: Não Aposentadoria especial: Não

Grau de insalubridade: Não insalubre Exposição: 8h Resultado: 44 dB(A)

INFORMAÇÕES

Fontes geradoras	Recomendações	Medidas de controle	Danos à saúde
Ambiente	NA		Perda de audição

CONTROLE DOS EPIS

Nome	Eficaz	CA
N/A - Não se aplica		

CONTROLE DOS EPCS

Nome	Eficaz
N/A - Não se aplica	

PARECER TÉCNICO

Ausência de correspondência previdenciária.

GRUPO: Ausência de agentes nocivos ou atividades especiais

RECONHECIMENTO

Avaliação: Quantitativa

Cód: 09.01.001 Agente: Ausência de riscos previdenciário Probabilidade: Improvável Severidade: Baixa

Via de absorção: Ambiente Região afetada: Perda de audição

MEDIÇÕES

Técnica: Dosimetria de ruído Equipamento: Decibelímetro Digital

Insalubridade: Não Periculosidade: Não Aposentadoria especial: Não

Grau de insalubridade: Não insalubre Exposição: 8h Resultado: 268 lx

INFORMAÇÕES

Fontes geradoras	Recomendações	Medidas de controle	Danos à saúde
Ambiente	NA		NA

CONTROLE DOS EPIS

Nome	Eficaz	CA
N/A - Não se aplica		

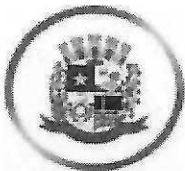
CONTROLE DOS EPCS

Nome	Eficaz
N/A - Não se aplica	

PARECER TÉCNICO

Ausência de correspondência previdenciária.

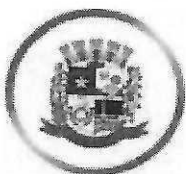




LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CONCLUSÃO	
INSALUBRIDADE	Segundo a NR-15 ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES e seus anexos, as atividades exercidas por esta função, não foram caracterizadas como Atividade Insalubre. Portanto, não faz jus ao Adicional de Insalubridade.
PERICULOSIDADE	Segundo a NR-16 ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS e seus anexos, por não ter suas atividades caracterizadas como atividades de risco não faz jus ao Adicional de Periculosidade.
APOSENTADORIA ESPECIAL	GFIP 00





LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

Sector: ASSISTÊNCIA SOCIAL - Conselho Tutelar
Unidade operacional: Cons. Tutelar - Motorista

FUNÇÕES		
Nome	Descrição	CBO
Motorista – D	Dirigir carros de passeio entre outros, atendendo as necessidades do setor que estão lotados. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Executar tarefas correlatas.	782510

GRUPO: Físico

RECONHECIMENTO			
Avaliação: Quantitativa			
Cód: 02.01.001	Agente: Ruído contínuo ou intermitente	Probabilidade: Improvável	Severidade: Insignificante
Via de absorção: Auditivo		Região afetada: Perda de audição	
MEDIÇÕES			
Técnica: Dosimetria de ruído		Equipamento: Decibelímetro Digital	
Insalubridade: Não	Periculosidade: Não	Aposentadoria especial: Não	
Grau de insalubridade: Não insalubre	Exposição: 8h	Resultado: 52 dB(A)	

INFORMAÇÕES			
Fontes geradoras	Recomendações	Medidas de controle	Danos à saúde
Ambiente	NA		Perda de audição

CONTROLE DOS EPIS		
Nome	Eficaz	CA
N/A - Não se aplica		

CONTROLE DOS EPCS	
Nome	Eficaz
N/A - Não se aplica	

PARECER TÉCNICO
Ausência de correspondência previdenciária.

GRUPO: Mecânico Acidentes

RECONHECIMENTO			
Avaliação: Quantitativa			
Cód: 09.01.001	Agente: Condução de veículos	Probabilidade: Improvável	Severidade: Baixa
Via de absorção: Condução de veículos		Região afetada: Lesão	
MEDIÇÕES			
Técnica: Qualitativa		Equipamento:	
Insalubridade: Não	Periculosidade: Não	Aposentadoria especial: Não	
Grau de insalubridade: Não insalubre	Exposição: 8h	Resultado: 0 N.A	

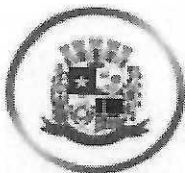
INFORMAÇÕES			
Fontes geradoras	Recomendações	Medidas de controle	Danos à saúde
Condução de veículos	Uso de EPIs		Lesão

CONTROLE DOS EPIS		
Nome	Eficaz	CA
Calçado de segurança	Sim	28513

CONTROLE DOS EPCS	
Nome	Eficaz
N/A - Não se aplica	

PARECER TÉCNICO
Ausência de correspondência previdenciária.

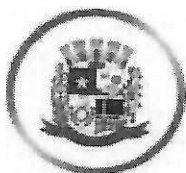




LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CONCLUSÃO	
INSALUBRIDADE	Segundo a NR-15 ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES e seus anexos, as atividades exercidas por esta função, não foram caracterizadas como Atividade Insalubre. Portanto, não faz jus ao Adicional de Insalubridade.
PERICULOSIDADE	Segundo a NR-16 ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS e seus anexos, por não ter suas atividades caracterizadas como atividades de risco não faz jus ao Adicional de Periculosidade.
APOSENTADORIA ESPECIAL	GFIP 00





LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

5. Conclusão

Considerando o disposto na NR-9, item 9.1.5.1, em que os agentes físicos são "diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas".

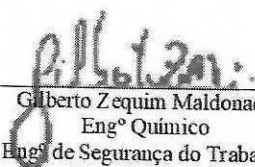
Considerando o disposto na NR-9, item 9.1.5.2, em que os agentes químicos são "substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade da exposição, possam Ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão".

Considerando o disposto na NR-15, item 15.4.1, subitens a e b, em que a eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer "com a adoção de medida de ordem geral que conserve o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância, bem como, com a utilização de equipamentos de proteção individual".

6. Responsabilidade Técnica

O presente documento foi elaborado com base no levantamento e coleta de dados realizados na empresa **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI** pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico responsável.

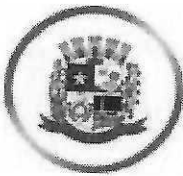
O presente documento tem a Responsabilidade Técnica e é assinado por



Gilberto Zequin Maldonado
Engº Químico
Engº de Segurança do Trabalho
Esp. Ambiental
Esp. em Ergonomia
CREA PR 100725/D
NIT 124.358.34383
CPF 885.060.459-91

**Observação: A observância e cumprimento das recomendações abordadas neste LTCAT não impedem que outros riscos sejam apontados, bem como outras recomendações sejam expedidas posteriormente pelo cipeiro ou outro colaborador, com o objetivo de preservar a integridade física e promover a saúde dos colaboradores da empresa PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI.*





LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720246912182

1. Responsável Técnico GILBERTO ZEQUIM MALDONADO Título profissional: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO RNP: 1708954301 Carteira: PR-100725/D Registro/Visto: 72145 Empresa Contratada: MALDONADO & MALDONADO CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA																
2. Dados do Contrato Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI R JOSE EMILIANO DE GUSMAO, 565 CENTRO - SARANDI/PR 87111-230 CNPJ: 78.200.482/0001-10 Contrato: (Sem número) Celebrado em: 27/02/2024 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira																
3. Dados da Obra/Serviço R JOSE EMILIANO DE GUSMAO, 565 CENTRO - SARANDI/PR 87111-230 Data de início: 27/02/2024 Previsão de término: 27/02/2025 Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ: 78.200.482/0001-10																
4. Atividade Técnica <table border="1"><thead><tr><th></th><th>Quantidade</th><th>Unidade</th></tr></thead><tbody><tr><td>[Laudo] de insalubridade</td><td>1,00</td><td>UNID</td></tr><tr><td>[Laudo] de periculosidade</td><td>1,00</td><td>UNID</td></tr><tr><td>[Laudo] de laudo de condições ambientais de trabalho - LTCAT</td><td>1,00</td><td>UNID</td></tr><tr><td>[Laudo] de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)</td><td>1,00</td><td>UNID</td></tr></tbody></table> Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART			Quantidade	Unidade	[Laudo] de insalubridade	1,00	UNID	[Laudo] de periculosidade	1,00	UNID	[Laudo] de laudo de condições ambientais de trabalho - LTCAT	1,00	UNID	[Laudo] de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)	1,00	UNID
	Quantidade	Unidade														
[Laudo] de insalubridade	1,00	UNID														
[Laudo] de periculosidade	1,00	UNID														
[Laudo] de laudo de condições ambientais de trabalho - LTCAT	1,00	UNID														
[Laudo] de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)	1,00	UNID														

7. Assinaturas
Documento assinado eletronicamente por GILBERTO ZEQUIM MALDONADO, registro Crea-PR PR-100725/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 02/12/2024 e hora 08h23.

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.
- A guarda da via assinada de ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



Valor da ART: R\$ 262,55

Registrada em: 02/12/2024

Valor Pago: R\$ 262,55

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 02/12/2024 08:26:41
www.crea-pr.org.br



Maldonado & Maldonado Consultoria Ambiental
Endereço: Avenida Jules Verne, nº 693, Cidade: Londrina / PR
Telefone: (43) 3357-0655 E-mail: gilberto.maldonado@zmassessoria.com

Re: A/C Fernanda - Adicionais Cabíveis a Conselheiro Tutelar e Motoristas

De Segurança do Trabalho <segurancadotrabalho@sarandi.pr.gov.br>

Para Sas - RH <sas_rh@sarandi.pr.gov.br>

Data 2025-04-04 16:41

 Motorista.pdf(~289 KB)  Conselheiro Tutelar.pdf(~360 KB)

Olá Kathe, tudo bem? Boa tarde!

Kathe, conforme solicitado, segue as informações contidas no LTCAT vigente do município de Sarandi-PR.

Saliento ainda, que a Norma Regulamentadora (NR-16) atrelada ao adicional de periculosidade, é extremamente taxativa quanto as atividades que se enquadram para pagamento/recebimento de adicional, limitando-se a um rol muito pequeno de atividades (atividades com explosivos, gás inflamável e liquefeito, vigilância patrimonial (com uso de armas), eletricidade, radiação ionizante e substância radioativa). Dessa forma, me coloco a disposição para quaisquer dúvidas que venham a surgir.

Segue em anexo os documentos.

Att.

Fernanda de Oliveira Tavares

Engenheira de Segurança do Trabalho

Em 2025-04-04 16:25, Sas - RH escreveu:

Boa tarde Fernanda, tudo bem? Recebemos aqui na SAS uma indicação de vereador questionando se é possível pagamento de periculosidade aos cargos de Conselheiro Tutelar e Motorista. Consegue me enviar algum documento para que eu embase a resposta? Desde já muito obrigada pela atenção!

Att.

Kathe Zingoni

--
Segurança do Trabalho

Departamento de Recursos Humanos

Prefeitura do Município de Sarandi - Pr.

NR 16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Publicação	D.O.U.
<u>Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978</u>	06/07/78

Alterações/Atualizações	D.O.U.
<u>Portaria SSMT n.º 02, de 02 de fevereiro de 1979</u>	08/02/79
<u>Portaria MTb n.º 3.393, de 17 de dezembro de 1987</u>	(Rev.) 23/12/87
<u>Portaria SSST n.º 25, de 29 de dezembro de 1994</u>	(Rep.) 17/02/83
<u>Portaria MTE n.º 545, de 10 de julho de 2000</u>	11/07/00
<u>Portaria SIT n.º 26, de 02 de agosto de 2000</u>	03/08/00
<u>Portaria MTE n.º 496, de 11 de dezembro de 2002</u>	(Rev.) 12/12/02
<u>Portaria MTE n.º 518, de 04 de abril de 2003</u>	07/04/03
<u>Portaria MTE n.º 1.885, de 02 de dezembro de 2013</u>	03/12/13
<u>Portaria MTE n.º 1.078, de 16 de julho de 2014</u>	17/07/14
<u>Portaria SEPRT n.º 1.357, de 09 de dezembro de 2019</u>	10/12/19
<u>Portaria MTE n.º 1.418, de 27 de agosto de 2024</u>	28/08/24

16.1 São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos desta Norma Regulamentadora - NR.

16.2 O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

16.2.1 O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

16.3 É responsabilidade do empregador a caracterização ou a descaracterização da periculosidade, mediante laudo técnico elaborado por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, nos termos do artigo 195 da CLT.

16.4 O disposto no item 16.3 não prejudica a ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho nem a realização ex-officio da perícia.

16.5 Para os fins desta Norma Regulamentadora - NR são consideradas atividades ou operações perigosas as executadas com explosivos sujeitos a:

- a) degradação química ou autocatalítica;
- b) ação de agentes exteriores, tais como, calor, umidade, faíscas, fogo, fenômenos sísmicos, choque e atritos.

16.6 As operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.

Este texto não substitui o publicado no DOU

16.6.1 As quantidades de inflamáveis, contidas nos tanques de consumo próprio dos veículos, não serão consideradas para efeito desta Norma.

16.6.1.1 Não se aplica o item 16.6 desta NR às quantidades de inflamáveis contidas nos tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, e àqueles para consumo próprio de veículos de carga e de transporte coletivo de passageiros, de máquinas e de equipamentos, certificados pelo órgão competente, e nos equipamentos de refrigeração de carga. *(Alterado pela Portaria MTE n.º 1.418, de 27 de agosto de 2024)*

16.7 Para efeito desta Norma Regulamentadora considera-se líquido combustível todo aquele que possua ponto de fulgor maior que 60°C (sessenta graus Celsius) e inferior ou igual a 93°C (noventa e três graus Celsius). *(Alterado pela Portaria SIT n.º 312, de 23 de março de 2012)*

16.8 Todas as áreas de risco previstas nesta NR devem ser delimitadas, sob responsabilidade do empregador. *(Incluído pela Portaria SSST n.º 25, de 29 de dezembro de 1994)*

ANEXO 1

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM EXPLOSIVOS

(Redação dada pela Portaria SSMT n.º 2, de 2 de fevereiro de 1979)

1. São consideradas atividades ou operações perigosas as enumeradas no Quadro n.º 1, seguinte:

QUADRO N.º 1

ATIVIDADES	ADICIONAL DE 30%
a) no armazenamento de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade ou que permaneçam na área de risco.
b) no transporte de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade
c) na operação de escorva dos cartuchos de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade
d) na operação de carregamento de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade
e) na detonação	Todos os trabalhadores nessa atividade
f) na verificação de denotações falhadas	Todos os trabalhadores nessa atividade
g) na queima e destruição de explosivos deteriorados	Todos os trabalhadores nessa atividade
h) nas operações de manuseio de explosivos	Todos os trabalhadores nessa atividade

2. O trabalhador, cuja atividade esteja enquadrada nas hipóteses acima discriminadas, faz jus ao adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, Este texto não substitui o publicado no DOU

prêmios ou participações nos lucros ou participações nos lucros da empresa, sendo-lhe ressalvado o direito de opção por adicional de insalubridade eventualmente devido.

3. São consideradas áreas de risco:

- a) nos locais de armazenagem de pólvoras químicas, artifícios pirotécnicos e produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas ou de fogos de artifício, a área compreendida no Quadro n.º 2:

QUADRO N.º 2

QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO		FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA DE
	até 4.500	45 metros
mais de 4.500	até 45.000	90 metros
mais de 45.000	até 90.000	110 metros
mais de 90.000	até 225.000*	180 metros

* quantidade máxima que não pode ser ultrapassada.

- b) nos locais de armazenagem de explosivos iniciadores, a área compreendida no Quadro n.º 3:

QUADRO N.º 3

QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO		FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA
	até 20	75 metros
mais de 20	até 200	220 metros
mais de 200	até 900	300 metros
mais de 900	até 2.200	370 metros
mais de 2.200	até 4.500	460 metros
mais de 4.500	até 6.800	500 metros
mais de 6.800	até 9.000*	530 metros

* quantidade máxima que não pode ser ultrapassada.

- c) Nos locais de armazenagem de explosivos de ruptura e pólvoras mecânicos (pólvora negra e pólvora chocolate ou parda), área de operação compreendida no Quadro n.º 4:

QUADRO N.º 4

QUANTIDADE EM QUILO		FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA
	até 23	45 metros
mais de 23	até 45	75 metros
mais de 45	até 90	110 metros
mais de 90	até 135	160 metros
mais de 135	até 180	200 metros
mais de 180	até 225	220 metros
mais de 225	até 270	250 metros
mais de 270	até 300	265 metros

Este texto não substitui o publicado no DOU

mais de 300	até 360	280 metros
mais de 360	até 400	300 metros
mais de 400	até 450	310 metros
mais de 450	até 680	345 metros
mais de 680	até 900	365 metros
mais de 900	até 1.300	405 metros
mais de 1.300	até 1.800	435 metros
mais de 1.800	até 2.200	460 metros
mais de 2.200	até 2.700	480 metros
mais de 2.700	até 3.100	490 metros
mais de 3.100	até 3.600	510 metros
mais de 3.600	até 4.000	520 metros
mais de 4.000	até 4.500	530 metros
mais de 4.500	até 6.800	570 metros
mais de 6.800	até 9.000	620 metros
mais de 9.000	até 11.300	660 metros
mais de 11.300	até 13.600	700 metros
mais de 13.600	até 18.100	780 metros
mais de 18.100	até 22.600	860 metros
mais de 22.600	até 34.000	1.000 metros
mais de 34.000	até 45.300	1.100 metros
mais de 45.300	até 68.000	1.150 metros
mais de 68.000	até 90.700	1.250 metros
mais de 90.700	até 113.300	1.350 metros

d) quando se tratar de depósitos barricados ou entricheirados, para o efeito da delimitação de área de risco, as distâncias previstas no Quadro n.º 4 podem ser reduzidas à metade.

e) será obrigatória a existência física de delimitação da área de risco, assim entendido qualquer obstáculo que impeça o ingresso de pessoas não autorizadas.

ANEXO 2

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM INFLAMÁVEIS

1. São consideradas atividades ou operações perigosas, conferindo aos trabalhadores que se dedicam a essas atividades ou operações, bem como aqueles que operam na área de risco adicional de 30 (trinta) por cento, as realizadas:

Atividades	Adicional de 30%
a. na produção, transporte, processamento e armazenamento de gás liqüefeito.	na produção, transporte, processamento e armazenamento de gás liqüefeito.
b. no transporte e armazenagem de inflamáveis líquidos e gasosos liqüefeitos e de vasilhames	todos os trabalhadores da área de operação.

Este texto não substitui o publicado no DOU

vazios não-desgaseificados ou decantados.	
c. nos postos de reabastecimento de aeronaves.	todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.
d. nos locais de carregamento de navios-tanques, vagões-tanques e caminhões-tanques e enchimento de vasilhames, com inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos.	todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.
e. nos locais de descarga de navios-tanques, vagões-tanques e caminhões-tanques com inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos ou de vasilhames vazios não-desgaseificados ou decantados.	todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco
f. nos serviços de operações e manutenção de navios-tanque, vagões-tanques, caminhões-tanques, bombas e vasilhames, com inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, ou vazios não-desgaseificados ou decantados.	todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.
g. nas operações de desgaseificação, decantação e reparos de vasilhames não-desgaseificados ou decantados.	Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.
h. nas operações de testes de aparelhos de consumo do gás e seus equipamentos.	Todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco.
i. no transporte de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos em caminhão-tanque.	motorista e ajudantes.
j. no transporte de vasilhames (em caminhão de carga), contendo inflamável líquido, em quantidade total igual ou superior a 200 litros, quando não observado o disposto nos subitens 4.1 e 4.2 deste Anexo. (Alterado pela Portaria MTE n.º 545, de 10 de julho de 2000)	motorista e ajudantes
l. no transporte de vasilhames (em carreta ou caminhão de carga), contendo inflamável gasosos e líquido, em quantidade total igual ou superior a 135 quilos.	motorista e ajudantes.
m. nas operação em postos de serviço e bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos.	operador de bomba e trabalhadores que operam na área de risco.

2. Para os efeitos desta Norma Regulamentadora - NR entende-se como:

Este texto não substitui o publicado no DOU

I. Serviços de operação e manutenção de embarcações, vagões-tanques, caminhões-tanques, bombas e vasilhames de inflamáveis:

- a) atividades de inspeção, calibração, medição, contagem de estoque e colheita de amostra em tanques ou quaisquer vasilhames cheios;
- b) serviços de vigilância, de arrumação de vasilhames vazios não-desgaseificados, de bombas propulsoras em recinto fechados e de superintendência;
- c) atividades de manutenção, reparos, lavagem, pintura de embarcações, tanques, viaturas de abastecimento e de quaisquer vasilhames cheios de inflamáveis ou vazios, não desgaseificados;
- d) atividades de desgaseificação e lavagem de embarcações, tanques, viaturas, bombas de abastecimento ou quaisquer vasilhames que tenham contido inflamáveis líquidos;
- e) quaisquer outras atividades de manutenção ou operação, tais como: serviço de almoxarifado, de escritório, de laboratório de inspeção de segurança, de conferência de estoque, de ambulatório médico, de engenharia, de oficinas em geral, de caldeiras, de mecânica, de eletricidade, de soldagem, de enchimento, fechamento e arrumação de quaisquer vasilhames com substâncias consideradas inflamáveis, desde que essas atividades sejam executadas dentro de áreas consideradas perigosas, ad referendum do Ministério do Trabalho.

II. Serviços de operação e manutenção de embarcações, vagões-tanques, caminhões-tanques e vasilhames de inflamáveis gasosos liquefeitos:

- a) atividades de inspeção nos pontos de vazamento eventual no sistema de depósito de distribuição e de medição de tanques pelos processos de escapamento direto;
- b) serviços de superintendência;
- c) atividades de manutenção das instalações da frota de caminhões-tanques, executadas dentro da área e em torno dos pontos de escapamento normais ou eventuais;
- d) atividades de decantação, desgaseificação, lavagem, reparos, pinturas e areação de tanques, cilindros e botijões cheios de GLP;
- e) quaisquer outras atividades de manutenção ou operações, executadas dentro das áreas consideradas perigosas pelo Ministério do Trabalho.

III . Armazenagem de inflamáveis líquidos, em tanques ou vasilhames:

- a) quaisquer atividades executadas dentro da bacia de segurança dos tanques;
- b) arrumação de tambores ou latas ou quaisquer outras atividades executadas dentro do prédio de armazenamento de inflamáveis ou em recintos abertos e com vasilhames cheios inflamáveis ou não-desgaseificados ou decantados.

IV. Armazenagem de inflamáveis gasosos liquefeitos, em tanques ou vasilhames:

- a) arrumação de vasilhames ou quaisquer outras atividades executadas dentro do prédio de armazenamento de inflamáveis ou em recintos abertos e com vasilhames cheios de inflamáveis ou vazios não desgaseificados ou decantados.

Este texto não substitui o publicado no DOU

V. Operações em postos de serviço e bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos:

a) atividades ligadas diretamente ao abastecimento de viaturas com motor de explosão.

VI. Outras atividades, tais como: manutenção, lubrificação, lavagem de viaturas, mecânica, eletricidade, escritório de vendas e gerência, ad referendum do Ministério do Trabalho.

VII. Enchimento de quaisquer vasilhames (tambores, latas), com inflamáveis líquidos:

a) atividades de enchimento, fechamento e arrumação de latas ou caixas com latas.

VIII. Enchimento de quaisquer vasilhames (cilindros, botijões) com inflamáveis gasosos liquefeitos:

a) atividades de enchimento, pesagem, inspeção, estiva e arrumação de cilindros ou botijões cheios de GLP;

b) outras atividades executadas dentro da área considerada perigosa, ad referendum do Ministério do Trabalho.

3. São consideradas áreas de risco:

ATIVIDADE	ÁREA DE RISCO
a. Poços de petróleo em produção de gás.	círculo com raio de 30 metros, no mínimo, com centro na boca do poço.
b. Unidade de processamento das refinarias.	Faixa de 30 metros de largura, no mínimo, contornando a área de operação.
c. Outros locais de refinaria onde se realizam operações com inflamáveis em estado de volatilização ou possibilidade de volatilização decorrente de falha ou defeito dos sistemas de segurança e fechamento das válvulas.	Faixa de 15 metros de largura, no mínimo, contornando a área de operação.
d. Tanques de inflamáveis líquidos	Toda a bacia de segurança
e. Tanques elevados de inflamáveis gasosos	Círculo com raio de 3 metros com centro nos pontos de vazamento eventual (válvula registros, dispositivos de medição por escapamento, gaxetas).
f. Carga e descarga de inflamáveis líquidos contidos em navios, chatas e batelões.	Afastamento de 15 metros da beira do cais, durante a operação, com extensão correspondente ao comprimento da embarcação.
g. Abastecimento de aeronaves	Toda a área de operação.
h. Enchimento de vagões –tanques e caminhões – tanques com inflamáveis líquidos.	Círculo com raio de 15 metros com centro nas bocas de enchimento dos tanques.

Este texto não substitui o publicado no DOU

i. Enchimento de vagões-tanques e caminhões-tanques inflamáveis gasosos liquefeitos.	Círculo com 7,5 metros centro nos pontos de vazamento eventual (válvula e registros).
j. Enchimento de vasilhames com inflamáveis gasosos liquefeitos.	Círculos com raio de 15 metros com centro nos bicos de enchimentos.
l. Enchimento de vasilhames com inflamáveis líquidos, em locais abertos.	Círculo com raio de 7,5 metros com centro nos bicos de enchimento.
m. Enchimento de vasilhames com inflamáveis líquidos, em recinto fechado.	Toda a área interna do recinto.
n. Manutenção de viaturas-tanques, bombas e vasilhames que continham inflamável líquido.	Local de operação, acrescido de faixa de 7,5 metros de largura em torno dos seus pontos externos.
o. Desgaseificação, decantação e reparos de vasilhames não desgaseificados ou decantados, utilizados no transporte de inflamáveis.	Local da operação, acrescido de faixa de 7,5 metros de largura em torno dos seus pontos externos.
p. Testes em aparelhos de consumo de gás e seus equipamentos.	Local da operação, acrescido de faixa de 7,5 metros de largura em torno dos seus pontos extremos.
q. abastecimento de inflamáveis	Toda a área de operação, abrangendo, no mínimo, círculo com raio de 7,5 metros com centro no ponto de abastecimento e o círculo com raio de 7,5 metros com centro na bomba de abastecimento da viatura e faixa de 7,5 metros de largura para ambos os lados da máquina.
r. Armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados ou decantados, em locais abertos.	Faixa de 3 metros de largura em torno dos seus pontos externos.
s. Armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados, ou decantados, em recinto fechado.	Toda a área interna do recinto.
t. Carga e descarga de vasilhames contendo inflamáveis líquidos ou vasilhames vazios não desgaseificados ou decantados, transportados pôr navios, chatas ou batelões.	Afastamento de 3 metros da beira do cais, durante a operação, com extensão correspondente ao comprimento da embarcação.

(Incluído pela Portaria MTE n.º 545, de 10 de julho de 2000)

Este texto não substitui o publicado no DOU

4 - Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional:

4.1 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de líquidos inflamáveis em embalagens certificadas, simples, compostas ou combinadas, desde que obedecidos os limites consignados no Quadro I abaixo, independentemente do número total de embalagens manuseadas, armazenadas ou transportadas, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma NBR 11564/91 e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados;

4.2 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de recipientes de até cinco litros, lacrados na fabricação, contendo líquidos inflamáveis, independentemente do número total de recipientes manuseados, armazenados ou transportados, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.

QUADRO I

Capacidade Máxima para Embalagens de Líquidos Inflamáveis				
Embalagem combinada				
Embalagem interna	Embalagem Externa	Grupo de Embalagens* I	Grupo de Embalagens* II	Grupo de Embalagens* III
Recipientes de Vidro com mais de 5 e até 10 litros; Plástico com mais de 5 e até 30 litros; Metal com mais de 5 e até 40 litros.	Tambores de:			
	Metal	250 kg	400 kg	400 kg
	Plástico	250 kg	400 kg	400 kg
	Madeira	150 kg	400 kg	400 kg
	Compensada			
	Fibra	75 kg	400 kg	400 kg
	Caixas			
	Aço ou Alumínio	250 kg	400 kg	400 kg
	Madeira Natural ou compensada	150 kg	400 kg	400 kg
	Madeira Aglomerada	75 kg	400 kg	400 kg
	Papelão	75 kg	400 kg	400 kg
	Plástico Flexível	60 kg	60 kg	60 kg
	Plástico Rígido	150 kg	400 kg	400 kg
	Bombonas			
	Aço ou Alumínio	120 kg	120 kg	120 kg
	Plástico	120 kg	120 kg	120 kg
Embalagens Simples				
	Grupo de Embalagens* I	Grupo de Embalagens* II		Grupo de Embalagens* III

Este texto não substitui o publicado no DOU

Tambores			
Aço, tampa não removível	250 L		
Aço, tampa removível	250 L**		
Alumínio, tampa não removível	250 L		
Alumínio, tampa removível	250 L**		
Outros metais, tampa não removível	250 L	450 L	450 L
Outros metais, tampa removível	250 L**		
Plástico, tampa não removível	250 L**		
Plástico, tampa removível	250 L**		
Bombonas			
Aço, tampa não removível	60 L		
Aço, tampa removível	60 L**		
Alumínio, tampa não removível	60 L		
Alumínio, tampa removível	60 L**		
Outros metais, tampa não removível	60 L	60 L	60 L
Outros metais, tampa removível	60 L**		
Plástico, tampa não removível	60 L		
Plástico, tampa removível	60 L**		

Embalagens Compostas			
	Grupo de Embalagens* I	Grupo de Embalagens* II	Grupo de Embalagens* III
Plástico com tambor externo de aço ou alumínio	250 L	250 L	250 L
Plástico com tambor externo de fibra, plástico ou compensado			
Plástico com engradado ou caixa externa de aço ou alumínio ou madeira externa ou caixa externa de	120 L	250 L	250 L

Este texto não substitui o publicado no DOU

compensado ou de cartão ou de plástico rígido Vidro com tambor externo de aço, alumínio, fibra,			
Compensado, plástico flexível ou	60 L	60 L	60 L
Em caixa de aço, alumínio, madeira, papelão ou compensado	60 L	60 L	60 L

* Conforme definições NBR 11564 – ABNT.

** Somente para substâncias com viscosidades maior que 200 mm²/seg

GLOSSÁRIO

(Publicado pela Portaria SIT n.º 26, de 2 de agosto de 2000)

Bombonas: Elementos de metal ou plástico, com seção retangular ou poligonal.

Caixas: Elementos com faces retangulares ou poligonais, feitas de metal, madeira, papelão, plástico flexível, plástico rígido ou outros materiais compatíveis.

Embalagens ou Embalagens Simples: Recipientes ou quaisquer outros componentes ou materiais necessários para embalar, com a função de conter e proteger líquidos inflamáveis.

Embalagens Combinadas: Uma combinação de embalagens, consistindo em uma ou mais embalagens internas acondicionadas numa embalagem externa.

Embalagens Compostas: Consistem em uma embalagem externa e um recipiente interno, construídos de tal forma que o recipiente interno e a embalagem externa formam uma unidade que permanece integrada, que se enche, manuseia, armazena, transporta e esvazia como tal.

Embalagens Certificadas: São aquelas aprovadas nos ensaios e padrões de desempenho fixados para embalagens, da NBR 11564/91.

Embalagens Externas: São a proteção exterior de uma embalagem composta ou combinada, juntamente com quaisquer outros componentes necessários para conter e proteger recipientes ou embalagens.

Embalagens Internas: São as que para serem manuseadas, armazenadas ou transportadas, necessitam de uma embalagem externa.

Grupo de Embalagens: Os líquidos inflamáveis classificam-se para fins de embalagens segundo 3 grupos, conforme o nível de risco:

- * Grupo de Embalagens I - alto risco
- * Grupo de Embalagens II - risco médio
- * Grupo de Embalagens III - baixo risco

Para efeito de classificação de Grupo de Embalagens, segundo o risco, adotar-se-á a classificação descrita na tabela do item 4 - Relação de Produtos Perigosos, da Portaria n.º 204, de 20 de maio de 1997, do Ministério dos Transportes.

Este texto não substitui o publicado no DOU

Lacrados: Fechados, no processo de envazamento, de maneira estanque para que não venham a apresentar vazamentos nas condições normais de manuseio, armazenamento ou transporte, assim como decorrentes de variações de temperatura, umidade ou pressão ou sob os efeitos de choques e vibrações.

Líquidos Inflamáveis: Para os efeitos do adicional de periculosidade estão definidos na NR 20 - Portaria n.º 3.214/78.

Recipientes: Elementos de contenção, com quaisquer meio de fechamento, destinados a receber e conter líquidos inflamáveis. Exemplos: latas, garrafas, etc.

Tambores: Elementos cilíndricos de fundo plano ou convexo, feitos de metal, plástico, madeira, fibra ou outros materiais adequados. Esta definição inclui, também, outros formatos, excluídas bombonas. Por exemplo: redondo de bocal cintado ou em formato de balde.

ANEXO 3

(Aprovado pela Portaria MTE n.º 1.885, de 02 de dezembro de 2013)

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL

1. As atividades ou operações que impliquem em exposição dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial a roubos ou outras espécies de violência física são consideradas perigosas.
2. São considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores que atendam a uma das seguintes condições:
 - a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
 - b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.
3. As atividades ou operações que expõem os empregados a roubos ou outras espécies de violência física, desde que atendida uma das condições do item 2, são as constantes do quadro abaixo:

ATIVIDADES OU OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO
-------------------------	-----------

Este texto não substitui o publicado no DOU

Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas.
Segurança de eventos	Segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos ou privados, de uso comum do povo.
Segurança nos transportes coletivos	Segurança patrimonial e/ou pessoal nos transportes coletivos e em suas respectivas instalações.
Segurança ambiental e florestal	Segurança patrimonial e/ou pessoal em áreas de conservação de fauna, flora natural e de reflorestamento.
Transporte de valores	Segurança na execução do serviço de transporte de valores.
Escolta armada	Segurança no acompanhamento de qualquer tipo de carga ou de valores.
Segurança pessoal	Acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos.
Supervisão/fiscalização Operacional	Supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes.
Telemonitoramento/telecontrole	Execução de controle e/ou monitoramento de locais, através de sistemas eletrônicos de segurança.

ANEXO 4

(Aprovado pela Portaria MTE n.º 1.078, de 16 de julho de 2014)

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:

- que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta tensão;
- que realizam atividades ou operações com trabalho em proximidade, conforme estabelece a NR-10;

Este texto não substitui o publicado no DOU

- c) que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- d) das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência - SEP, bem como suas contratadas, em conformidade com as atividades e respectivas áreas de risco descritas no quadro I deste anexo.

2. Não é devido o pagamento do adicional nas seguintes situações:

- a) nas atividades ou operações no sistema elétrico de consumo em instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10;
- b) nas atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão;
- c) nas atividades ou operações elementares realizadas em baixa tensão, tais como o uso de equipamentos elétricos energizados e os procedimentos de ligar e desligar circuitos elétricos, desde que os materiais e equipamentos elétricos estejam em conformidade com as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.

3. O trabalho intermitente é equiparado à exposição permanente para fins de pagamento integral do adicional de periculosidade nos meses em que houver exposição, excluída a exposição eventual, assim considerado o caso fortuito ou que não faça parte da rotina.

4. Das atividades no sistema elétrico de potência - SEP.

4.1 Para os efeitos deste anexo entende-se como atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas ou subterrâneas de alta e baixa tensão integrantes do SEP:

- a) Montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, ensaios e testes de: verificação, inspeção, levantamento, supervisão e fiscalização; fusíveis, condutores, para-raios, postes, torres, chaves, muflas, isoladores, transformadores, capacitores, medidores, reguladores de tensão, religadores, seccionadores, carrier (onda portadora via linhas de transmissão), cruzetas, relé e braço de iluminação pública, aparelho de medição gráfica, bases de concreto ou alvenaria de torres, postes e estrutura de sustentação de redes e linhas aéreas e demais componentes das redes aéreas;
- b) Corte e poda de árvores;
- c) Ligações e cortes de consumidores;
- d) Manobras aéreas e subterrâneas de redes e linhas;
- e) Manobras em subestação;
- f) Testes de curto em linhas de transmissão;
- g) Manutenção de fontes de alimentação de sistemas de comunicação;
- h) Leitura em consumidores de alta tensão;

Este texto não substitui o publicado no DOU

- i) Aferição em equipamentos de medição;
- j) Medidas de resistências, lançamento e instalação de cabo contra-peso;
- k) Medidas de campo eletromagnético, rádio, interferência e correntes induzidas;
- l) Testes elétricos em instalações de terceiros em faixas de linhas de transmissão (oleodutos, gasodutos etc);
- m) Pintura de estruturas e equipamentos;
- n) Verificação, inspeção, inclusive aérea, fiscalização, levantamento de dados e supervisão de serviços técnicos;
- o) Montagem, instalação, substituição, manutenção e reparos de: barramentos, transformadores, disjuntores, chaves e seccionadoras, condensadores, chaves a óleo, transformadores para instrumentos, cabos subterrâneos e subaquáticos, painéis, circuitos elétricos, contatos, muflas e isoladores e demais componentes de redes subterrâneas;
- p) Construção civil, instalação, substituição e limpeza de: valas, bancos de dutos, dutos, condutos, canaletas, galerias, túneis, caixas ou poços de inspeção, câmaras;
- q) Medição, verificação, ensaios, testes, inspeção, fiscalização, levantamento de dados e supervisões de serviços técnicos.

4.2 Para os efeitos deste anexo entende-se como atividades de construção, operação e manutenção nas usinas, unidades geradoras, subestações e cabinas de distribuição em operações, integrantes do SEP:

- a) Montagem, desmontagem, operação e conservação de: medidores, relés, chaves, disjuntores e religadoras, caixas de controle, cabos de força, cabos de controle, barramentos, baterias e carregadores, transformadores, sistemas anti-incêndio e de resfriamento, bancos de capacitores, reatores, reguladores, equipamentos eletrônicos, eletromecânico e eletroeletrônicos, painéis, para-raios, áreas de circulação, estruturas-suporte e demais instalações e equipamentos elétricos;
- b) Construção de: valas de dutos, canaletas, bases de equipamentos, estruturas, condutos e demais instalações;
- c) Serviços de limpeza, pintura e sinalização de instalações e equipamentos elétricos;
- d) Ensaios, testes, medições, supervisão, fiscalizações e levantamentos de circuitos e equipamentos elétricos, eletrônicos de telecomunicações e telecontrole.

QUADRO I

ATIVIDADES	ÁREAS DE RISCO
Atividades, constantes no item 4.1, de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas ou subterrâneas de alta e baixa tensão integrantes do SEP, energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de	a) Estruturas, condutores e equipamentos de linhas aéreas de transmissão, subtransmissão e distribuição, incluindo plataformas e cestos aéreos usados para execução dos trabalhos;

Este texto não substitui o publicado no DOU

energização acidental ou por falha operacional.	b) Pátio e salas de operação de subestações; c) Cabines de distribuição; d) Estruturas, condutores e equipamentos de redes de tração elétrica, incluindo escadas, plataformas e cestos aéreos usados para execução dos trabalhos; e) Valas, bancos de dutos, canaletas, condutores, recintos internos de caixas, poços de inspeção, câmaras, galerias, túneis, estruturas terminais e aéreas de superfície correspondentes; f) Áreas submersas em rios, lagos e mares.
Atividades, constantes no item 4.2, de construção, operação e manutenção nas usinas, unidades geradoras, subestações e cabinas de distribuição em operações, integrantes do SEP, energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.	a) Pontos de medição e cabinas de distribuição, inclusive de consumidores; b) Salas de controles, casa de máquinas, barragens de usinas e unidades geradoras; c) Pátios e salas de operações de subestações, inclusive consumidoras.
Atividades de inspeção, testes, ensaios, calibração, medição e reparos em equipamentos e materiais elétricos, eletrônicos, eletromecânicos e de segurança individual e coletiva em sistemas elétricos de potência de alta e baixa tensão.	a) Áreas das oficinas e laboratórios de testes e manutenção elétrica, eletrônica e eletromecânica onde são executados testes, ensaios, calibração e reparos de equipamentos energizados ou passíveis de energização acidental; b) Sala de controle e casas de máquinas de usinas e unidades geradoras; c) Pátios e salas de operação de subestações, inclusive consumidoras; d) Salas de ensaios elétricos de alta tensão; e) Sala de controle dos centros de operações.
Atividades de treinamento em equipamentos ou instalações integrantes do SEP, energizadas ou desenergizadas, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.	a) Todas as áreas descritas nos itens anteriores.

ANEXO 5

(Aprovado pela Portaria MTE n.º 1.565, de 13 e outubro de 2014)

Este texto não substitui o publicado no DOU

ATIVIDADES PERIGOSAS EM MOTOCICLETA

1. As atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta no deslocamento de trabalhador em vias públicas são consideradas perigosas.
2. Não são consideradas perigosas, para efeito deste anexo:
 - a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;
 - b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;
 - c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados.
 - d) as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

ANEXO (*)

(Adotado pela Portaria MTE n.º 518, de 04 de abril de 2003)

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM RADIAÇÕES IONIZANTES OU SUBSTÂNCIAS RADIATIVAS

ATIVIDADES/ÁREAS DE RISCO

ATIVIDADES	ÁREAS DE RISCO
1. Produção, utilização, processamento, transporte, guarda, estocagem e manuseio de materiais radioativos, selados e não selados, de estado físico e forma química quaisquer, naturais ou artificiais, incluindo:	Minas e depósitos de materiais radioativos. Plantas-piloto e Usinas de beneficiamento de minerais radioativos. Outras áreas sujeitas a risco potencial devido às radiações ionizantes
1.1. Prospeção, mineração, operação, beneficiamento e processamento de minerais radioativos.	Lixiviação de mineiras radiativos para a produção de concentrados de urânio e tório. Purificação de concentrados e conversão em outras formas para uso como combustível nuclear.
1.2. Produção, transformação e tratamento de materiais nucleares para o ciclo do combustível nuclear.	Produção de fluoretos de urânio para a produção de hexafluoretos e urânio metálico.

Este texto não substitui o publicado no DOU

	Instalações para enriquecimento isotópico e reconversão. Fabricação de elemento combustível nuclear. Instalações para armazenamento dos elementos combustíveis usados. Instalações para o retratamento do combustível irradiado. Instalações para o tratamento e deposições, provisórias e finais, dos rejeitos radioativos naturais e artificiais.
1.3. Produção de radioisótopos para uso em medicina, agricultura, agropecuária, pesquisa científica e tecnológica.	Laboratórios para a produção de radioisótopos e moléculas marcadas.
1.4. Produção de Fontes Radioativas	Instalações para tratamento de material radioativo e confecção de fontes. Laboratórios de testes, ensaios e calibração de fontes, detectores e monitores de radiação, com fontes radioativas.
1.5. Testes, ensaios e calibração de detectores e monitores de radiação com fontes de radiação.	Laboratórios de ensaios para materiais radioativos Laboratórios de radioquímica.
1.6. Descontaminação de superfícies, instrumentos, máquinas, ferramentas, utensílios de laboratório, vestimentas e de quaisquer outras áreas ou bens duráveis contaminados com material radioativos.	Laboratórios para descontaminação de peças e materiais radioativos. Coleta de rejeitos radioativos em instalações, prédios e em áreas abertas. Lavanderia para roupas contaminadas. Transporte de materiais e rejeitos radioativos, condicionamento, estocagens e suas deposição.
1.7. Separação isotópica e processamento radioquímico.	Instalações para tratamento, condicionamento, contenção, estabilização, estocagem e deposição de rejeitos radioativos. Instalações para retenção de rejeitos radioativos.

1.8. Manuseio, condicionamento, liberação, monitoração, estabilização, inspeção, retenção e deposição de rejeitos radioativos.	Sítios de rejeitos. Instalações para estocagem de produtos radioativos para posterior aproveitamento.
2. Atividades de operação e manutenção de reatores nucleares, incluindo:	Edifícios de reatores. Edifícios de estocagem de combustível.
2.1. Montagem, instalação, substituição e inspeção de elementos combustíveis.	Instalações de tratamento e estocagem de rejeitos radioativos.
2.2. Manutenção de componentes integrantes do reator e dos sistemas hidráulicos mecânicos e elétricos, irradiados, contaminados ou situados em áreas de radiação.	Instalações para tratamento de água e reatores e separação e contenção de produtos radioativos. Salas de operação de reatores. Salas de amostragem de efluentes radioativos.
2.3. Manuseio de amostras irradiadas.	Laboratórios de medidas de radioativos.
2.4. Experimentos utilizados canais de irradiação.	Outras áreas sujeitas a risco potencial às radiações ionizantes, passíveis de serem atingidas por dispersão de produtos voláteis.
2.5 Medição de radiação, levantamento de dados radiológicos e nucleares, ensaios, testes, inspeções, fiscalização e supervisão de trabalhos técnicos.	Laboratórios semiquentes e quentes. Minas de urânio e tório. Depósitos de minerais radiativos e produtos do tratamento de minerais radioativos.
2.6 Segregação, manuseio, tratamento, acondicionamento e armazenamento de rejeitos radioativos.	Coletas de materiais e peças radioativas, materiais contaminados com radiosótopos e águas radioativas.
3. atividades de operação e manutenção de aceleradores de partículas, incluindo:	Áreas de irradiação de alvos.
3.1. Montagem, instalação substituição e manutenção de componentes irradiados ou contaminados.	Oficinas de manutenção de componentes irradiados ou contaminados.
	Salas de operação de aceleradores.
3.2. Processamento de alvos irradiados.	Laboratórios para tratamento de alvos irradiados e separação de radioisótopos.
3.3. Experimentos com feixes de partículas.	Laboratórios de testes com radiação e medidas nucleares.

Este texto não substitui o publicado no DOU

3.4. Medição de radiação, levantamento de dados radiológicos e nucleares, testes, inspeções e supervisão de trabalhos técnicos.	Áreas de tratamento e estocagem de rejeitos radioativos.
3.5. Segregação, manuseio, tratamento, acondicionamento e armazenamento de rejeitos radioativos.	Laboratórios de processamento de alvos irradiados.
4. Atividades de operação com aparelhos de raios-X, com irradiadores de radiação gama, radiação beta ou radiação de nêutrons, incluindo:	Salas de irradiação e de operação de aparelhos de raios-X e de irradiadores gama, beta ou neutrons
4.1. Diagnostico médico e odontológico.	Laboratórios de testes, ensaios e calibração com as fontes de radiação descritas.
4.2. Radioterapia.	
4.3. Radiografia industrial, gamagrafia e neutronradiografia.	Manuseio de fontes.
4.4. Análise de materiais por difratometria.	Manuseio do equipamento.
4.5. Testes ensaios e calibração de detectores e monitores e radiação.	Manuseio de fontes amostras radioativas.
4.6. Irradiação de alimentos.	Manuseio de fontes e instalações para a irradiação de alimentos.
4.7. Estabilização de instrumentos médico-hospitalares.	Manuseio de fontes e instalações para a operação.
4.8. Irradiação de espécimes minerais e biológicos.	Manuseio de amostras irradiadas.
4.9. Medição de radiação, levantamento de dados radiológicos, ensaios, testes, inspeções, fiscalização de trabalhos técnicos.	Laboratórios de ensaios e calibração de fontes e materiais radioativos.
5. Atividades de medicina nuclear.	Sala de diagnósticos e terapia com medicina nuclear.
5.1. Manuseio e aplicação de radioisótopos para diagnóstico médico e terapia.	Enfermaria de pacientes, sob tratamento com radioisótopos.
	Enfermaria de pacientes contaminados com radioisótopos em observação e sob tratamento de descontaminação.
5.2. Manuseio de fontes seladas para aplicação em braquiterapia.	Área de tratamento e estocagem de rejeitos radioativos.
5.3. Obtenção de dados biológicos de pacientes com radioisótopos incorporados.	Manuseio de materiais biológicos contendo radioisótopos ou moléculas marcadas.

Este texto não substitui o publicado no DOU

5.4. Segregação, manuseio, tratamento, acondicionamento e estocagem de rejeitos radioativos.	Laboratórios para descontaminação e coleta de rejeitos radioativos.
6. Descomissionamento de instalações nucleares e radioativas, que inclui:	Áreas de instalações nucleares e radioativas contaminadas e com rejeitos.
6.1 Todas as descontaminações radioativas inerentes.	Depósitos provisórios e definitivos de rejeitos radioativos.
6.2. Gerenciamento dos rejeitos radioativos existentes, ou sejam; tratamento e acondicionamento dos rejeitos líquidos, sólidos, gasosos e aerossóis; transporte e deposição dos mesmos.	Instalações para contenção de rejeitos radioativos. Instalações para asfaltamento de rejeitos radioativos. Instalações para cimentação de rejeitos radioativos.
7. Descomissionamento de minas, moinhos e usinas de tratamento de minerais radioativos.	Tratamento de rejeitos minerais. Repositório de rejeitos naturais (bacia de contenção de rádio e outros radioisótopos). Deposição de gangas e rejeitos de mineração.

Nota Explicativa:

(Inserida pela Portaria MTE n.º 595, de 07 de maio de 2015)

1. Não são consideradas perigosas, para efeito deste anexo, as atividades desenvolvidas em áreas que utilizam equipamentos móveis de Raios X para diagnóstico médico.
2. Áreas tais como emergências, centro de tratamento intensivo, sala de recuperação e leitos de internação não são classificadas como salas de irradiação em razão do uso do equipamento móvel de Raios X.

(*) Anexo acrescentado pela Portaria n.º 3.393, de 17-12-1987.